

Kit IA Jurídica

Prompts, checklist e responsabilidades

Material da palestra "Erros de IA em Petições e Responsabilidades"

Flávio Tibúrcio · 20/08/2026 · uma realização Solara

Este guia reúne o essencial para usar inteligência artificial na advocacia com técnica e segurança: como escrever prompts que rendem, um checklist de uso responsável, os casos reais que já viraram multa no Brasil e os prompts prontos para começar hoje. Direito é 100% texto — e por isso somos a profissão mais impactada pela IA. O diferencial deixou de ser escrever bonito; passou a ser o critério.

1. As 5 regras de ouro

- **Ferramenta profissional, não genérica.** Modelo pago e atualizado, com conta separada para trabalho. Peça de cliente não entra em ferramenta gratuita que treina com os seus dados.
- **Toda jurisprudência é conferida na fonte.** Número, órgão, relator e ementa — nas bases oficiais (STJ, STF, TJs), uma a uma, sem exceção. A IA inventa julgados com formatação perfeita.
- **A IA sugere, você decide.** Revisão integral antes de assinar: tese, fatos, pedidos e citações. O nome na procuração é quem responde.
- **Confidencialidade primeiro.** Anonimize partes e dados sensíveis; confira a política de privacidade da ferramenta (LGPD + sigilo profissional).
- **Guarde o processo.** Prompts e versões arquivados demonstram diligência se algo for questionado.

2. Anatomia de um bom prompt jurídico

Um prompt que rende tem quatro camadas. Quanto mais você entrega em cada uma, melhor a resposta:

Papel + Tarefa + Contexto + Formato

Papel: "Você é advogado sênior especialista em [área], redação forense objetiva."

Tarefa: "Redija/analise/resuma [o quê], para [finalidade]."

Contexto: "Fatos: [...]. Documentos anexos: [...]. Restrições: [...]."

Formato: "Estruture em [tópicos/peça/tabela]. Se faltar informação, pergunte antes de supor."

A última frase — *"se faltar informação, pergunte antes de supor"* — é a que mais reduz alucinação. Dê à IA permissão explícita para dizer "não sei".

3. Prompts prontos para usar

Resumir um processo / peça longa

Você é advogado analista. Leia os autos anexos e produza um resumo executivo: partes, objeto, pedidos, fase atual, principais decisões, linha do tempo e próximos passos. Relate SOMENTE o que consta nos autos; se um dado não estiver, escreva "não consta". Não invente andamento nem prazo.

Revisar uma peça antes de protocolar

Aja como um segundo par de olhos sênior. Revise a peça anexa em camadas: (1) coerência da tese; (2) cada lei/artigo/súmula citado existe e está vigente? (3) marque como SUSPEITA qualquer jurisprudência que você não confirme; (4) consistência entre causa de pedir e pedidos; (5) clareza e gramática. Entregue o texto revisado + um relatório do que mudou e por quê. Não confirme jurisprudência que não tenha certeza.

Estruturar argumentação a partir dos fatos

Você é advogado estrategista. Dados os fatos abaixo, monte um esqueleto de argumentação: teses principais em ordem de força, fundamento legal de cada uma (só artigos que você tem certeza que existem), e os pontos fracos que o adversário vai explorar. Fatos: [COLE AQUI].

Traduzir uma decisão para o cliente

Explique a decisão judicial anexa em linguagem simples, para um cliente leigo, em até 3 parágrafos. Diga o que foi decidido, o que muda na prática e qual o próximo passo. Não prometa resultado. Sem "juridiquês".

Checar se uma jurisprudência é real

Preciso confirmar se este julgado existe: [número/órgão]. NÃO afirme que existe se você não tiver certeza. Se não puder confirmar, diga "não consigo confirmar – verifique manualmente em [base oficial]". Nunca preencha uma ementa de memória.

Aviso indispensável: nenhum prompt substitui a sua conferência. A IA é a estagiária mais rápida do mundo — e a que mais mente com convicção. Toda citação de lei ou julgado sai da ferramenta direto para a base oficial antes de entrar na peça.

4. Casos reais: quando a IA já custou caro

10% do valor da causa — **TJSC, 6ª Câmara Civil (fev/2025)**. Advogado juntou jurisprudência e doutrina fictícias geradas por ChatGPT em recurso. Multa por litigância de má-fé + ofício à OAB/SC.

5% do valor da causa — **TRT-2, 6ª Turma (2026)**. Julgados fictícios em razões recursais; o advogado culpou os estagiários. O relator respondeu: *"a postulação em juízo é ato privativo do advogado, que também é o responsável por seu conteúdo."* Multa + ofício à OAB/SP.

2% do valor da causa — **TJPR, 9ª Câmara Cível (jun/2026)**. Recurso citou precedente inexistente do STJ. Multa (arts. 80-81 CPC) + ofício à OAB/PR + menção ao art. 34, XIV do Estatuto (deturpar citação de julgado é infração disciplinar).

Marco mundial: **Mata v. Avianca** (Nova York, 2023) — advogados sancionados em US\$ 5.000 por precedentes inventados pelo ChatGPT. Três anos depois, chegou ao Brasil.

5. As três camadas de responsabilidade

- **Processual** — CPC arts. 77, 80 e 81: alterar a verdade dos fatos e proceder de modo temerário rende multa de 1% a 10% do valor da causa.
- **Disciplinar** — EOAB art. 34, XIV. Em Goiás, a Resolução 03/2025-TED da OAB-GO prevê até acordo pré-disciplinar (retratação + treinamento) para quem apresenta informação falsa gerada por IA.
- **Civil** — EOAB art. 32 e CC arts. 186 e 927: se a peça viciada custou o caso do cliente, discute-se perda de uma chance.

6. O que já regula o tema

- **Resolução CNJ nº 615/2025** — uso de IA no Judiciário. Na prática: sua peça provavelmente será lida por uma IA antes do juiz.
- **Recomendação do CFOAB (2024)** — legislação aplicável, confidencialidade, ética e transparência com o cliente.
- **Resolução 03/2025-TED · OAB-GO** — capacitação e acordo pré-disciplinar.